



ANFUP- Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas

DESIGNAÇÃO DA ACÇÃO

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Do Recrutamento à Aposentação

OBJECTIVOS

Dar a conhecer as regras que regulam as matérias mais importantes e de aplicação no dia-a-dia em serviços públicos, em particular, no sector de gestão de recursos humanos, incluídas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)

PROGRAMA

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

Exposição dos motivos, linhas gerais, âmbito de aplicação, estrutura do diploma, principal legislação revogada

Os mapas de pessoal

Conceito, regras a seguir na sua elaboração e aprovação, divulgação, estrutura

As regras gerais do recrutamento

Princípios aplicáveis à gestão dos recursos humanos nos serviços públicos, a definição das áreas de recrutamento e as prioridades a respeitar, os métodos de seleção obrigatórios, requisitos especiais, princípios básicos da tramitação do procedimento concursal, determinação do posicionamento remuneratório

As formas de vinculação

As modalidades da relação jurídica de emprego público. Estudo aprofundado das regras aplicáveis ao contrato de trabalho em funções públicas, à nomeação e à comissão de serviço. Requisitos para a constituição do vínculo de emprego público

O contrato de prestação de serviços

A tarefa e a avença: requisitos, formalidades, efeitos do não cumprimento das regras

A cessação do vínculo de emprego público

As modalidades da extinção do vínculo de emprego público e análise de cada uma, prazos a respeitar, compensações por cessação do vínculo



Regime de acumulação de funções

A acumulação de funções públicas com públicas e privadas e limitações legais; o processo de acumulação, formalidades. O regime de acumulação de funções públicas por aposentados e reformados

O regime das carreiras

O exercício de funções e o conteúdo funcional. As carreiras, sua qualificação e caracterização, graus de complexidade funcional, posições remuneratórias. A contagem do tempo de serviço

A cedência de interesse público e a mobilidade

Análise pormenorizada de cada uma destas figuras de mobilidade de pessoal: conceito, forma e condicionalismos, funções, regimes disciplinar e remuneratório, duração, consolidação, iniciativa, duração, dispensa ou necessidade de acordo dos intervenientes

O regime remuneratório

A evolução do regime remuneratório ao longo do tempo, enumeração dos componentes da remuneração e sua análise

O regime de prestação de trabalho

Períodos de funcionamento e de atendimento, limites à duração do trabalho, os regimes de adaptabilidade e banco de horas, estudo das várias modalidades de horário.

O regime disciplinar

Os deveres do trabalhador. Exclusão da responsabilidade disciplinar. Prescrição da infração e do procedimento disciplinares. As sanções disciplinares: regras gerais, caracterização e efeitos. Factos ilícitos e sanções disciplinares aplicáveis. Circunstâncias dirimentes, atenuantes e agravantes especiais.

Regras gerais sobre aposentação

Condicionalismos, a quota e a contribuição para a CGA, o período de garantia, a idade e o tempo de serviço exigidos, as formas de aposentação, a cessação de funções.

METODOLOGIA DA FORMAÇÃO

Recurso aos métodos expositivo, interrogativo e demonstrativo

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Presencial



RECURSOS PEDAGÓGICOS

Documentação de apoio; PC; Ligação à internet (por cabo); Marcadores; Quadro Videoprojetor

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

Inicial: Diagnóstica (questões para aferição do nível de conhecimentos), contínua formativa (oral durante a sessão). De conhecimentos, no final da ação a realização de um teste escrito com 40 perguntas, de escolha múltipla, com 3 hipóteses à escolha, com pontuação máxima de 20 valores e de reação (questionário individual e debate assistido)

DURAÇÃO DA AÇÃO - 21 Horas

DATAS DA REALIZAÇÃO – A indicar

CUSTO – 210€

FORMADOR - Arnaldo Azevedo